

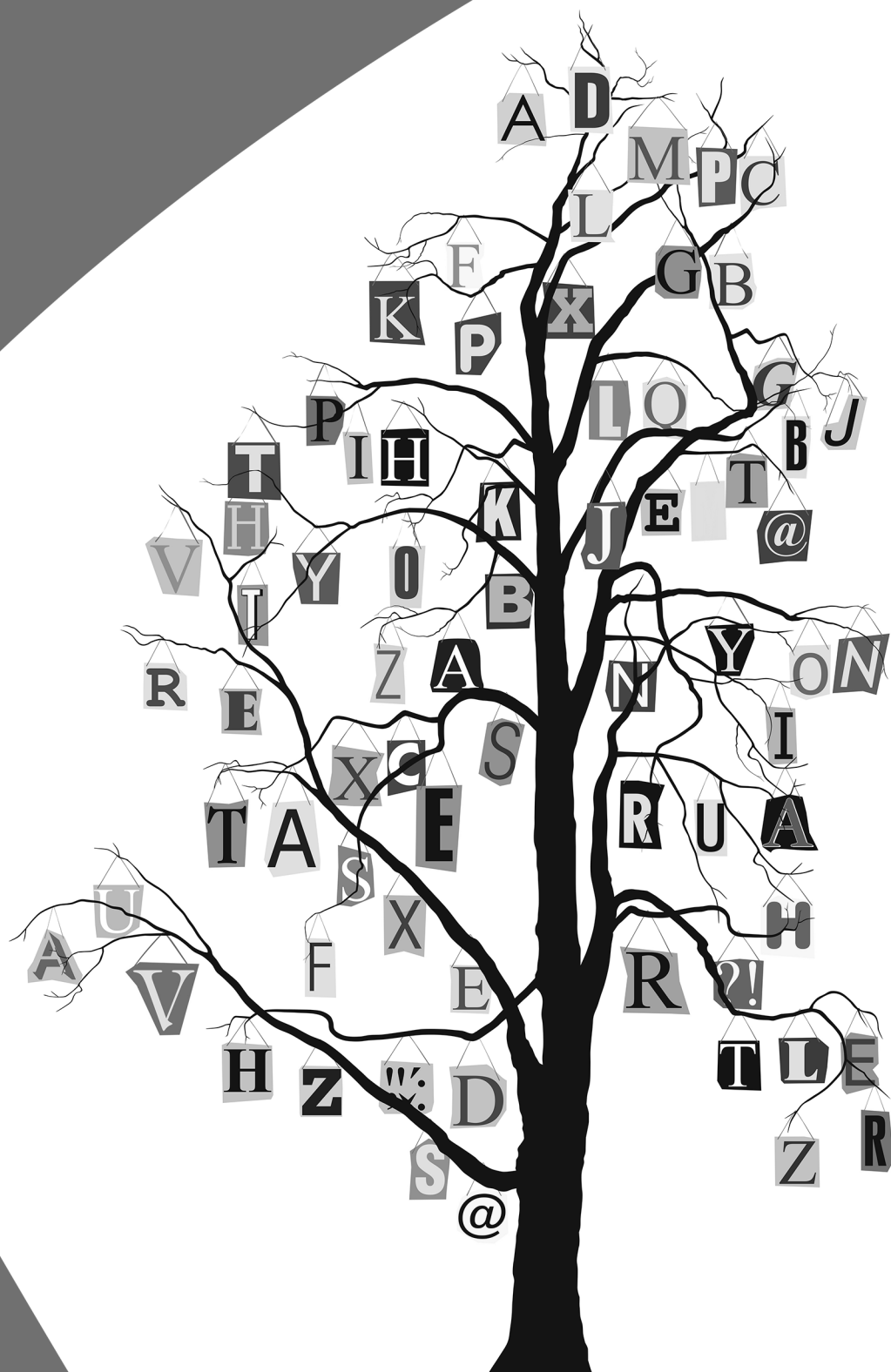
(In) Subordinações Contemporâneas Linguística, Letras e Artes 2

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)



(In) Subordinações Contemporâneas Linguística, Letras e Artes 2

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
159	<p>(In) Subordinações contemporâneas [recurso eletrônico] : linguística, letras e artes 2 / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-86002-18-8 DOI 10.22533/at.ed.188202802</p> <p>1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Artes. 3. Letras. 4. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de.</p> <p style="text-align: right;">CDD 407</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste e-book as reflexões giram em torno dos estudos voltados para as áreas da linguística, da literatura e das artes. Não é uma obra, unicamente, composta por estudos e investigações linguísticas, tampouco destinadas somente ao fazer literários e ao estudo das artes. Estas reflexões são constituintes de uma coletânea plural das ideias e dos conhecimentos que aqui se apresentam, assim como devem ser todas as investigações que têm o ser humano como principal agente de problematizações e soluções.

Os trinta e três capítulos que dão formatos e sentidos à obra estão no mesmo patamar das propostas em que é valorizada cada forma como os seus autores se debruçam sobre seus escritos, suas análises e suas investigações, denotando que o ser humano é, por excelência, um sujeito que está envolvido e inserido na linguagem para entender outros contextos comunicativos, poéticos, estéticos e discursivos.

Todos os capítulos são necessários e imprescindíveis para a efetivação desta obra, pois felizes e ousados são os autores que se propuseram a demonstrar como os diferentes conhecimentos estão sendo formulados e construídos nos diferentes contextos de realização da linguagem.

Em cada capítulo a presença das marcas singulares é latente, porque a linguística utiliza-se da literatura e da arte para criar seus objetos de investigação, análise, estudo, problematização e de construção de sentidos, visto que é na linguagem que os questionamentos podem tomar formas em propostas e sugestões. Assim como a literatura se utiliza da arte, a arte refaz o mesmo caminho da literatura e da linguística, mas de maneira mais singular, porque cumpre a nobre missão de nos encantar.

As (in) subordinações semânticas que compõem esta obra se justificam pela diversidade de conhecimentos e de saberes estruturados contidos em cada parte deste e-book. Entendê-las e construir pontes dialógicas na formação cognitiva do sujeito são algumas das funções dos trinta e um capítulos que formatizam as ideias lançadas nesta coletânea plural.

Assim, todos os autores que aqui se propuseram, fazem votos de que os leitores, principais interlocutores desta obra, encontrem as respostas para seus questionamentos e, mais ainda, sejam capazes de elaborar outras questões na criação de possibilidades que se estabelecem em uma cadeia interconectada de saberes.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS LÍNGUAS ESTRANGEIRAS NOS EXAMES DE PROFICIÊNCIA DAS UNIVERSIDADES DE SANTA CATARINA	
Cassiane Lemes Batista Tadinei Daniel Jacumasso	
DOI 10.22533/at.ed.1882028021	
CAPÍTULO 2	10
A LINGUAGEM DOS PERIÓDICOS DE ÉPOCA, EM TORNO À ESCRAVIDÃO	
Maria Lucia Mexias-Simon	
DOI 10.22533/at.ed.1882028022	
CAPÍTULO 3	18
LETRAMENTOS E ESTRATÉGIAS DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: DO DISCURSO À PRÁTICA	
Indionara de Matos Márcia Adriana Dias Kraemer	
DOI 10.22533/at.ed.1882028023	
CAPÍTULO 4	32
LETRAMENTOS MULTISSEMIÓTICOS: O AUDIOVISUAL COMO RECURSO PEDAGÓGICO NO ENSINO DE LÍNGUAS	
Ana Paula Domingos Baladeli	
DOI 10.22533/at.ed.1882028024	
CAPÍTULO 5	43
SEQUÊNCIAS DIDÁTICAS NO ENSINO DE GRAMÁTICA E GÊNEROS DE TEXTOS	
Ivan Vale de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.1882028025	
CAPÍTULO 6	65
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA BILÍNGUE NA CIDADE DE IMPERATRIZ-MA	
Nereda Lima de Carvalho Hávila Sâmua Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1882028026	
CAPÍTULO 7	74
PERSPECTIVAS E POSSIBILIDADES DA COMPREENSÃO AUDITIVA EM LÍNGUA INGLESA VIA <i>MOODLE</i>	
Gabriel Marchetto	
DOI 10.22533/at.ed.1882028027	

CAPÍTULO 8	85
TRABALHANDO A ORALIDADE ATRAVÉS DA MÍDIA PODCAST NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Sidinei Mateus Schmidt Fabiana Diniz Kurtz Taíse Neves Possani	
DOI 10.22533/at.ed.1882028028	
CAPÍTULO 9	93
MONITORIA DE LEITURA E DE PRODUÇÃO TEXTUAL NA UNIVERSIDADE: LETRAMENTOS PARA AS PRÁTICAS SOCIAIS	
Pamela Tais Clein Capelin Márcia Adriana Dias kraemer	
DOI 10.22533/at.ed.1882028029	
CAPÍTULO 10	105
RÁDIO NA FEIRA: DISCURSO E ORALIDADE NO VIÉS DA LITERATURA	
Darlise Vaccarin Fadanni	
DOI 10.22533/at.ed.18820280210	
CAPÍTULO 11	117
CONCEPÇÃO DA LINGUÍSTICA APLICADA EM UM PROJETO DE CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO	
Daniele Santos Rocha Emerson Tadeu Cotrim Assunção Juliana Alves dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.18820280211	
CAPÍTULO 12	128
UMA VISÃO SOBRE OS GÊNEROS LITERÁRIOS AO LONGO DA HISTÓRIA	
Lídia Carla Holanda Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.18820280212	
CAPÍTULO 13	150
TRAVESSIAS ÉTICO-POLÍTICAS: ESTUDOS EM ATUAÇÃO	
Tânia Tiemi Ikeoka	
DOI 10.22533/at.ed.18820280213	
CAPÍTULO 14	163
UM ESTUDO COMPARADO ENTRE AS OBRAS <i>SIMÃO DIAS</i> E <i>O CORTIÇO</i> , NAS PERSONAGENS LUISA, DO CARMO E POMBINHA	
Rosa Gabriely Monteiro Fontes	
DOI 10.22533/at.ed.18820280214	
CAPÍTULO 15	173
A SERIEMA, A CIDADE E A MULHER NA POÉTICA DE APARECIDO ALVES MACHADO	
Erick Vinicius Mathias Leite Altamir Botoso	
DOI 10.22533/at.ed.18820280215	

CAPÍTULO 16	193
SUBORDINAÇÃO E SUBALTERNIDADE DA MULHER INDÍGENA EM <i>CRIADA</i> (2009), DE MATÍAS HERRERA CÓRDOBA	
Larissa Natalia Silva Rosangela Schardong	
DOI 10.22533/at.ed.18820280216	
CAPÍTULO 17	206
PROTAGONISMO FEMININO NO CÁLIX DE VINHO DE JULIANA	
Jeane de Cássia Nascimento Santos Antonio Marcos dos Santos Trindade	
DOI 10.22533/at.ed.18820280217	
CAPÍTULO 18	217
MEMÓRIA, HISTÓRIA E ANCESTRALIDADE NO ROMANCE <i>UM DEFEITO DE COR</i> , DE ANA MARIA GONÇALVES	
Ramon Rocha Ribeiro Cristian Souza de Sales	
DOI 10.22533/at.ed.18820280218	
CAPÍTULO 19	232
ANÁLISE DA CARGA NEGATIVA DA SOMBRA NA <i>MISE-EN-SCÈNE</i> DO CINEMA EXPRESSIONISTA	
Juan Francisco Celín Robalino	
DOI 10.22533/at.ed.18820280219	
CAPÍTULO 20	247
O MALANDRO NO CONTO “O HOMEM QUE SABIA JAVANÊS”, DE LIMA BARRETO	
Victória Nantes Marinho Adorno Altamir Botoso	
DOI 10.22533/at.ed.18820280220	
CAPÍTULO 21	259
QUE FOGO NOS TRAZ ESSE PROMETEU MODERNO: AS TRÊS FASES DA ESCRITA FEMININA DE ELAINE SHOWALTER EM <i>FRANKENSTEIN</i> DE MARY SHELLEY	
Ana Claudia Oliveira Neri Alves Algemira de Macêdo Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.18820280221	
CAPÍTULO 22	270
INOVAÇÃO EDUCACIONAL: O FENÔMENO DA TRANSMÍDIA NA VIDA ESCOLAR DOS JOVENS DE BREVES-PA, ILHA DO MARAJÓ	
Valéria de Oliveira Pena Borges Bruno Diego Fernandes Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.18820280222	

CAPÍTULO 23	275
MÚSICA, ALFABETIZAÇÃO E FOLCLORE: POSSÍVEIS INTERLOCUÇÕES	
Cibele Machado Maier Cristina Rolim Wolffenbüttel	
DOI 10.22533/at.ed.18820280223	
CAPÍTULO 24	283
O CORPO EM <i>BREATH, EYES, MEMORY</i> : DESLOCAMENTO,TRAJETÓRIAS E POSICIONAMENTOS	
Juliana Borges Oliveira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.18820280224	
CAPÍTULO 25	293
PENSANDO O CORPO CÔMICO NA DANÇA	
Diego Mejia Neves Clara Gouvêa do Prado Leonardo Birche de Carvalho Mariana dos Reis Gabriel	
DOI 10.22533/at.ed.18820280225	
CAPÍTULO 26	300
DESAFIOS DO LICENCIADO EM DANÇA:DA GRADUAÇÃO AO MERCADO DE TRABALHO	
Juliana Ramos Buçard do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.18820280226	
CAPÍTULO 27	304
ATRAVESSANDO FRONTEIRAS: DANÇA E REABILITAÇÃO NEUROLÓGICA INFANTIL	
Maria Fernanda Silva Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.18820280227	
CAPÍTULO 28	316
ELO: LEGADO CULTURAL CAPIXABA	
Camila Honorio Alves	
DOI 10.22533/at.ed.18820280228	
CAPÍTULO 29	324
CAMINHOS DA PRESENÇA: COM-SENTINDO OUTRAS/OS BAILARINAS/OS POSSÍVEIS	
Daniela Isabel Kuhn Juliana Maria Greca	
DOI 10.22533/at.ed.18820280229	
CAPÍTULO 30	337
DANÇA E CONHECIMENTO: FORMULAÇÕES OU INSURGÊNCIAS DO AGORA	
Márcia Virgínia Mignac da Silva Iara Cerqueira Linhares de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.18820280230	

CAPÍTULO 31	349
DANÇAS AFRO-BRASILEIRAS E DE MATRIZ AFRICANA: A ABP E UMA PROPOSTA DE PROJETO INTERDISCIPLINAR NO ENSINO FUNDAMENTAL II	
Joana Maria Santana Torres	
DOI 10.22533/at.ed.18820280231	
CAPÍTULO 32	364
ESPAÇO URBANO, RESISTÊNCIA E LITERATURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA ACERCA DA APROPRIAÇÃO DA CIDADE	
Leandro Souza Borges Silva	
DOI 10.22533/at.ed.18820280232	
CAPÍTULO 33	384
REVITALIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS: DISCURSOS, REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLÓGICAS DE HIGIENIZAÇÃO SOCIAL	
Juliana Ferreira Vassolér	
Letícia Leal Lima	
DOI 10.22533/at.ed.18820280233	
SOBRE O ORGANIZADOR	399
ÍNDICE REMISSIVO	400

ESPAÇO URBANO, RESISTÊNCIA E LITERATURA: UMA ABORDAGEM TEÓRICA ACERCA DA APROPRIAÇÃO DA CIDADE

Data de aceite: 18/02/2020

Data de submissão: 07/02/2019

Leandro Souza Borges Silva

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGLLR), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Graduado em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e suas Literaturas e Língua Inglesa e suas Literaturas, também pela UESC.

E-mail: leandroborges@hotmail.com

Universidade Estadual de Santa Cruz

Ilhéus – Bahia

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4477753197074182>

* Esse texto faz parte da pesquisa intitulada 'Narrativas de si na cidade: O espaço urbano periférico em Amara Moira e Geovani Martins', pesquisa de mestrado inserida no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGLLR), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), sob orientação do professor Ricardo Oliveira de Freitas (UNEB/UESC) **E-mail:** ricofrei@gmail.com

RESUMO: A presente discussão objetiva estabelecer relações entre espaço urbano, resistência e literatura, aqui considerados instâncias dessemelhantes que, quando entrecruzadas, possibilitam notáveis reflexões acerca da apropriação e representação da cidade. Ao fundamentar-se sob discussão bibliográfica, são destacadas premissas relevantes acerca do espaço urbano e suas implicações literárias,

destacando-se as premissas de Sandra Jatahy Pesavento (2001; 2002; 2007), Renato Cordeiro Gomes (1994; 1999) e Nestor Garcia Canclini (1997), relacionando seus pressupostos à questão literária. Nesse sentido, compreender que a cidade é formulada enquanto discurso e imagem implica entendê-la em sua materialidade simbólica, de modo a conceber sua representação como fruto de identidades sociais culturalmente construídas. Como conclusão, nota-se que considerar o imaginário enquanto elemento constitutivo do fazer literário possibilita, portanto, a compreensão da cidade também como produto cultural e político, o que permite salientar a conjuntura conflitante do urbano.

PALAVRAS-CHAVE: Apropriação. Cidade. Espaço Urbano. Literatura. Resistência.

URBAN SPACE, RESISTANCE AND LITERATURE: A THEORETICAL APPROACH ABOUT THE APPROPRIATION OF THE CITY

ABSTRACT: The present discussion aims to establish the relations between urban space, resistance and literature, which are considered here dissimilar instances that, when intertwined, allow great reflections about the city's appropriation and representation. When based on bibliographic discussion, relevant premises about the urban space and its literary

implications stand out, emphasizing Sandra Jatahy Pesavento's (2001; 2002; 2007), Renato Cordeiro Gomes's (1994; 1999) and Nestor Garcia Canclini's (1997) premises, relating their assumptions to the literary query. In this sense, comprehending that the city is formulated as discourse and image implicates in understanding its symbolic materiality in order to conceive its representation as the result of culturally constructed social identities. Thus, it is observed that considering the imaginary as constitutive element of the literary activity allows, therefore, the comprehension of the city as a cultural and political product as well, which allows to highlight the conflicting conjuncture of the urban.

KEYWORDS: Appropriation. City. Urban Space. Literature. Resistance.

Território de locomoção e movimento, o espaço urbano é visto enquanto superação da sociedade agrária e do trabalho campesino que eram comuns até a Revolução Industrial. Manifestação da modernidade e do avanço social do homem, a cidade contemporânea agrega valores e conjunturas específicas que compreendem a urbanidade enquanto instância sempre heterogênea, plural e, portanto, diversa. Permeada também de espaços públicos e privados, a materialidade da urbe se concretiza por entre os bairros, ruas, cruzamentos, avenidas, vielas, esquinas, becos e vias, caracterizando o espaço urbano enquanto instância complexa.

Nesse sentido, ao ser ocupada por transeuntes oriundos de diversos contextos e posições sociais, a metrópole não pode ser concebida apenas em sua dimensão material e concreta, haja vista que sua materialidade objetiva, tal qual toda produção humana, é resultado de ações subjetivas que implicam processos de significação. Ocupada por casas, prédios, lojas e instituições alocadas em todos os âmbitos, a cidade é passível de abordagens de cunho social, histórico e político. Nesse entender, uma compreensão antropológica do espaço urbano requer concebê-lo enquanto território transpassado por instâncias confluentes e antagônicas, de forma que sua espacialidade é oriunda de práticas humanas perpetradas no devir histórico.

Assim, compreender a cidade enquanto instância social significa reconhecer sua dimensão política atravessada por dissimilaridades econômicas e contradições na distribuição dos espaços, de modo a tornar patente a visada excludente da urbanização: desigualdades, privatização dos locais, discriminação e marginalização socioespacial. O espaço urbano é entendido enquanto território na qual os conflitos e disparidades sociais são percebidos em sua materialidade concreta – divisão e segregação dos espaços – e em sua expressão subjetiva – discriminação, violência, preconceito e racismo –, de modo que problemas atuais são alocados e experienciados na cidade.

A divisão entre áreas públicas e privadas, por exemplo, já demonstra a configuração seletiva do espaço urbano. Para além da noção de residência e/ou

moradia privada, a configuração de espaços privados nas cidades atuais abarca grandes conglomerados que cerceiam a circulação de determinados indivíduos pela via econômica: alguns espaços só podem ser ocupados por pessoas de alto poder aquisitivo. No dizer de Renato Cordeiro Gomes (1999, p. 19), percebe-se, nas grandes metrópoles, “o dramático contraste da sociedade, de suas tensões e de seus conflitos: a extrema pobreza e a extrema riqueza.”

No seio dessa discussão, Renato Gomes considera a urbanidade em sua dimensão simbólica, permeada por constantes processos de significação onde as ações de seus habitantes se espelham na configuração social da espacialidade urbana. Dessa maneira, cidade e cidadãos se espelham num processo recíproco de (re)significação por onde os sujeitos se constroem. Atribuir sentido à cidade, nesse entender, implica ser atribuído por sentidos oriundos de específicas configurações espaciais, havendo contrastes e resoluções antagônicas: um morador de condomínio de luxo entende a metrópole de uma forma, enquanto um morador de rua a compreende de outra.

Lúcio Kowarick (2007), ao ponderar sobre as complexas configurações sociais e econômicas que se materializam nas áreas centrais de São Paulo, por exemplo, constata que o centro, enquanto espacialidade que agrega a diferença e a diversidade, também se configura como instância conflituosa: “[...] o Centro possui boa oferta de serviços coletivos, é comercialmente dinâmico e atrai diariamente milhões de pessoas. É também local de polarizações e, por conseguinte, de conflitos pela apropriação do espaço.” (p. 178).

Nessa discussão, o cientista político reforça que o espaço urbano é dinâmico e carrega em suas divisões reflexos de modelizações sócio-histórico-espacial, a exemplo da segregação pungente nos cortiços e o afastamento proposital das periferias em relação aos centros. Ao afirmar que é na cidade que os sujeitos “[...] se estruturam em interesses diversos e, por vezes, antagônicos que procuram mobilizar forças para levar adiante suas reivindicações (politics)” (p. 203), Kowarick endossa que a maneira de ocupar os espaços da cidade é eminentemente política. A exemplaridade de São Paulo, aqui, é abordada como referência geral para as grandes metrópoles no Brasil.

A noção da cidade enquanto configuração moderna, manifestação suprema da civilização, demonstra insucesso quando essas contradições internas são escancaradas. Ainda no dizer de Renato Gomes, “o espaço urbano é o lugar privilegiado de intercâmbio material e simbólico do habitante cidadão, também se verifica aí uma distribuição desigual desse capital simbólico” (1999, p. 21). Enquanto locus cambiante de interações humanas, a urbe é moldada no devir histórico e apresenta as mazelas e caminhos não resolvidos pela modernização: segregação e exclusão social. Partindo desse pressuposto, urge fundar uma abordagem

simbolicamente engajada da cidade, pois é nela que se verifica “a agudização das contradições e desigualdades internas das cidades” (GOMES, 1999, p. 21).

A espacialidade urbana é interpretada sob diversas modalidades e áreas científico-metodológicas, cabendo aqui restringir uma concepção sociocultural da cidade, abarcando questões relacionadas a sua compreensão por vias subjetivas, na qual indivíduos alocados em específicas condições desvelam estruturas mantenedoras da separação dos espaços e lugares sociais subalternos. No dizer de Sandra Jatahy Pesavento (2002), o espaço urbano está destinado a ser o centro de embates por onde se pode apreender modulações histórico-sociais, de maneira que perceber tais modulações requer do analista entendimento de representações que tematizem a urbe.

Assim, Pesavento focaliza a metrópole sob o olhar de historiadora para defender a cidade como tema de análise e reflexão. Ao estudar a urbe por meio do enfoque literário, a autora reitera a abordagem da Nova História Cultural, segundo o qual determinados períodos e conjunturas históricas são melhor apreensíveis por meio de representações e produções humanas. Nesse entendimento, ao trabalhar a cidade a partir de suas representações literárias, Pesavento entende a metrópole enquanto instância evocadora de sentidos e estabelece uma visada histórica por meio do olhar literário da cidade.

No dizer da autora (p. 13), “a literatura tem, ao longo do tempo, produzido representações sobre o urbano, que traduzem não só as transformações do espaço como as sensibilidades e sociabilidades dos seus agentes”. Nesse contexto, Pesavento lança interessantes indagações a respeito da apreensão da cidade:

haveria uma “visão literária” da cidade distinta da visão do arquiteto, do pintor, do higienista, do fotógrafo, do político? Em princípio, seríamos tentados a responder que sim, pois cada um carrega consigo o seu “capital” nesse ato de “ver” e “narrar” a cidade, constituído de suas habilitações específicas e cargas de sensibilidade próximas, mas são todos olhares que se cruzam em torno da mesma concretude da urbe. As representações da cidade, construídas por cada um desses leitores, é que estabelecerão distâncias e aproximações, perguntas e respostas umas às outras, como num jogo de espelhos. (PESAVENTO, 2002, p. 18, grifos da autora).

Ao reconhecer diferentes abordagens feitas da urbe, Pesavento reconhece a dimensão literária do espaço urbano e assevera sua intrínseca relação com os demais entendimentos da cidade. Ver e narrar a metrópole, por assim dizer, significa interpretá-la segundo premissas específicas que, efetuadas cada um a seu modo, mesmo quando não se complementam, possibilitam espelhamentos. Atribuir sentidos à concretude da urbe não implica significar a cidade, mas significar a si mesmo, agregando realidade material e realidade simbólica.

Ainda no dizer de Pesavento, “os relatos literários nos colocam diante das cenas urbanas que reconstituem uma possibilidade de existência do social, expressando

as forças em luta, os projetos realizados e as propostas vencidas [...]” (2002, p, 14). Apesar de trabalhar sob o enfoque histórico, as postulações de Sandra Jatahy Pesavento colaboram para com os estudos acerca do espaço urbano em geral, pois ressalta a dimensão representativa da urbe em suas diferentes configurações:

tal postura implica entender a cidade como uma articulação de signos que compõem uma identidade social e culturalmente construída. A cidade, pensada e formulada no imaginário, é o “reflexo” não-mimético de uma cidade física, com seu traçado urbano e sua complexidade social, que se interroga no espelho. Mas uma formulação identitária da cidade é, fundamentalmente, resposta a perguntas, inquietações e desejos. Significa, sobretudo, que a cidade é formulada como problema e é pensada e expressa como discurso e como imagem (PESAVENTO, 2002, p. 158, grifo da autora).

Nesse sentido, compreender que a cidade é formulada enquanto discurso e imagem implica entendê-la em sua materialidade simbólica, de modo a conceber sua representação como fruto de identidades sociais culturalmente construídas. Em sendo articulação de signos, as representações da metrópole podem adquirir feições identitárias específicas, haja vista que o território urbano é tão heterogêneo quanto as interpretações que dele são feitas. O traçado urbano que se fez aqui, portanto, pretende abordar a espacialidade enquanto campo aberto, plural, contraditório e conflituoso.

Nessa direção, Renato Cordeiro Gomes (1994) enfoca a metáfora da literatura como experiência urbana, tematizando a cidade em sua dimensão moderna, essa engendrada pelo capitalismo burguês e, portanto, transpassada de contradições. Ao abordar o texto e suas implicações na metaforização da cidade, o autor entende a urbe enquanto instância fragmentada, vítima dos processos de modernização que apagou as diferenças. Nesse entendimento, o autor compreende o espaço como pulverizado e disperso, defendendo a inexistência de um sentido legível na cidade, de modo que “mais que lugar de encontros acidentais, espaços do efêmero, ou pontos de cruzamento, a cidade é ambiente de mudanças, de rupturas, pontos focais da comunidade intelectual.” (GOMES, 1994, p. 105).

Por esse caminho, a cidade se constitui uma estrutura orgânica em processo de constantes mudanças, o que dificulta o firmamento de identidades, estas em frequente transformação. Esse devir cidadão, se impõe obstáculos na fixação de determinadas identidades, por outro lado possibilita que outras se anunciem, permitindo que expressões outrora emudecidas sejam mobilizadas. No dizer do autor,

A metrópole não é mais o espelho que poderia confirmar a identidade de corpo inteiro. A pólis perversa gerada pela modernidade associa-se à fragmentação e à ruína da sociabilidade. [...] Este é o universo da grande cidade moderna, lugar da experiência de ser estranho no mundo, de estar sob o signo da precariedade

e do desamparo, cujos heróis são os inadaptados, os marginais, os rejeitados que reagem à atrofia da experiência. (GOMES, 1994, p. 69).

Para além de conceber a cidade enquanto espaço na qual se nota a ruína da sociabilidade, considera-se mais pertinente entender a urbe como território de significação por onde a sociabilidade cria mecanismos de interação entre os sujeitos. Nesse entender, cabe ressaltar apenas a acepção de Gomes no que se refere a esses indivíduos marginais que reagem a atrofia da experiência citadina e que, ao se expressarem sob o signo da precariedade e do desamparo, desvelam incongruências sociais e mazelas oriundas de uma estrutura urbana segregacionista.

Ao comentar a respeito desses heróis inadaptados, Gomes suscita reflexões que apontam para experiências calcadas no desconforto urbano, expressões que leem e escrevem a metrópole ressaltando seu revés constante. Escrever e representar a cidade, sob a ótica dos inadaptados, implica mobilizar os sentidos urbanos que estão em contínuo processo de transformação, não deixando de salientar, entretanto, aqueles sentidos que se perpetuam no devir histórico: restrição dos espaços e periferização das camadas pobres. Em sentido macro, Adrián Gorelik (2005) entende a cidade latino-americana como uma categoria e reitera que a metrópole não pode ser tomada enquanto realidade natural, mas como uma construção cultural imbuída de realizações históricas.

Defende-se, portanto, que sujeitos à margem se apropriam de ferramentas comunicacionais para representar a urbe e desnudar sua dimensão natural imutável, a fim de denunciar a constituição cultural desse espaço, ressaltando sua mutabilidade enquanto horizonte de mudanças. Quando as malhas da espacialidade urbana são questionadas, são mobilizadas reflexões críticas acerca dos discursos que permeiam a metrópole. Ao ensaiar uma possível semiologia do urbanismo, Roland Barthes (2002) afirma que “A cidade é um discurso, e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade, a cidade em que nos encontramos, habitando-a simplesmente, percorrendo-a, olhando-a.” (p. 224). Por esse caminho, a urbe insurge numa relação recíproca de espelhamento, na qual a cidade significa seus habitantes e é por eles significada em plurais representações discursivas.

ESPACIALIDADE, SEGREGAÇÃO E DESAGREGAÇÃO

Ao destacar a dimensão simbólica da urbe, Sandra Jatahy Pesavento (2007) aborda o fenômeno urbano em suas imanentes características culturais hibridizadas no devir temporal. Ao afirmar que as cidades reais e concretas correspondem às cidades imaginárias, a historiadora concebe a metrópole enquanto obra humana

em frequente processo de transformação, seja na ação ou no imaginário. Para Pesavento, a relação dialógica entre o espaço concreto e a espacialidade imaginária corrobora para atribuir significado à realidade.

Estabelecendo essa relação, a autora endossa que as cidades se configuram um fenômeno cultural que se integra ao “princípio de atribuição de significados ao mundo. Cidades pressupõem a construção de um *ethos*, o que implica a atribuição de valores para aquilo que se convencionou chamar de urbano.” (PESAVENTO, 2007, p. 14). Agregado por valores e sentidos, o espaço urbano instaura sua materialidade em conjunturas sempre antagônicas, pois sua construção não se isenta de reveses históricos que mantiveram subalternizadas camadas carentes da sociedade. Por mais que o projeto modernizante e civilizador tenha tentado apagar as marcas pungentes de um passado violento, a cidade continua a demonstrar os traços que denunciam perspectivas unívocas e hegemônicas.

Composta por nomes de oficiais militares e indivíduos cujas práticas se pautavam na opressão e na violência, o nome de variados bairros, ruas e instituições, atualmente desprovidos de sentido para a maioria dos transeuntes, firma presença nos tempos atuais e remetem para períodos que identificam a gênese exploratória e excludente da sociedade brasileira. No dizer de Pesavento (2002, p. 164), é nessa conjuntura que se dissemina e se classifica “o perfil da “cidade colonial brasileira”, com suas ruas estreitas, seu casario baixo entremeado de alguns sobrados, com um traçado irregular de ruas, ruelas e becos, entremeados de paços, praças e chafarizes”. A autora ressalta ainda que, ao intentar apagar as marcas do passado colonial, o processo de modernização do Rio de Janeiro agrava ainda mais o caráter exploratório em meio a qual nasceu a sociedade brasileira.

Ao focar as representações literárias do Rio, dentre outras cidades, Pesavento considera as dimensões discursivas, culturais e simbólicas que estão envolvidos no processo de construção e reconstrução urbana, asseverando (2002, p. 170) que “o processo de construção da identidade urbana do Rio [...] revela o caráter de classe que marca a consolidação das elites: a sua excludência, assinalada pela negação do povo”. O exemplo do Rio de Janeiro é tomado aqui em sua exemplaridade, pois referencia outras ações de apropriação do espaço, como quando grandes conglomerados estatais e empresariais decidem empreender reformas urbanas, sempre há expulsão e periferação das camadas pobres ali residentes.

Nesse sentido, ao ter como horizonte o modelo urbano parisiense – então símbolo da modernidade e da civilização – o segmento de modernização do Rio de Janeiro foi uma empreitada extremamente violenta para com as minorias, derrubando os cortiços do centro e expulsando enormes contingentes de pessoas para outras localidades desprivilegiadas. Então capital do país, a cidade carioca desejava desvincular-se de seu passado colonial, porém o método segregacionista

de reconstrução só viria a reforçar esse período explorador: “Começaram então as demolições na Cidade Velha, arrasando cortiços e feios sobrados, desapareceram becos, ruelas e ruas tortuosas para dar lugar a vias mais amplas, claras e arejadas”. (PESAVENTO, 2002, p. 175).

Se planejaram as etapas de desapropriação dos espaços, não planejaram com a devida eficácia o método de realocação da população então expulsa de suas residências. As grandes e conhecidas favelas cariocas carregam em sua gênese esses e outros processos de marginalização urbano-social, o que corrobora na acepção cultural da cidade enquanto fruto de mobilizações sociais e históricas. A existência de áreas suburbanas e periféricas, seja onde for, sempre está relacionada a algum descaso e abandono perpetrado por forças hegemônicas.

Compreender o fenômeno de urbanização possibilita entender as facetas de organização metropolitana dos dias atuais, de modo a estabelecer relações entre representações urbanas do passado e as do presente. Apesar de não pretender instituir discussão de cunho historiográfico, considera-se relevante contextualizar períodos-chave de periferização e segregação espacial. Desse modo, o caso de europeização do Rio de Janeiro no fim do século XIX efetiva-se como exemplaridade para abordar o legado não-inclusivo de organização cidadina:

O conjunto das intervenções urbanísticas não se resumiu ao traçado da cidade, mas pretendeu penetrar fundo nas sociabilidades e valores do povo. Assim, a uma deliberada atitude de expulsão dos pobres do centro da cidade, motivada pela demolição dos cortiços e destruição de antigas ruas, seguiram-se proibições de hábitos e costumes populares, numa verdadeira arremetida disciplinatória: cães vadios, vacas, mendigos, pessoas descalças ou sem paletó são impedidos de circular livremente pela cidade, como até então faziam. [...] Busca-se eliminar da vista a pobreza, que, por convicção da elite, era suja e perigosa. Se o centro era o cartão de visitas, as camadas populares, desalojadas, deveriam ir para os subúrbios – para onde se estendia a rede dos transportes públicos – ou para as favelas, já existentes desde 1897. (PESAVENTO, 2002, p. 176).

As práticas de exclusão e segregação urbana, conforme disserta Pesavento, não se configurou apenas em sua dimensão espacial-geográfica, de modo que além da expulsão dos pobres, as intervenções no espaço impugnavam cerceios de ordem cultural, havendo proibição de costumes e hábitos comumente praticados pela população. Nesse entender, nota-se que a modelização do espaço público se efetiva tanto do ponto de vista material quanto do discursivo. Esse fenômeno corrobora com a acepção do semiólogo Roland Barthes, afirmando que cidade e cidadãos são transpassados por discursos.

O impedimento da livre circulação das camadas pobres referencia o tão conhecido preconceito perpetrado pelas classes abastadas dependentes da mão de obra proletária. Ao limitar a locomoção dessas camadas, os segmentos privilegiados atuam para manter a condição de subalternização dos pobres, atribuindo-os

designações pejorativas e depreciadoras: sujos e perigosos. Nota-se, portanto, que além de afastar os pobres do centro, tais setores elitistas criam discursos para mantê-los distantes do espaço público, restringindo a circulação desses sujeitos apenas ao subúrbio e às favelas.

Milton Santos (1993, p. 9-10), por exemplo, afirma que a grande cidade adquiriu feições complexas, constituindo-se, dentre outros aspectos, como polo da pobreza: “A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico de que é o suporte como por sua estrutura física [...]” que, como assevera o autor, agrava mais ainda o grau de periferização dos marginalizados. Nesse sentido, Milton Santos também parte da premissa de que a pobreza não se estabelece somente enquanto problema socioeconômico, mas também como problema espacial. Para o autor, quanto maior a cidade, mais visíveis serão suas mazelas, de modo que a especulação imobiliária, dentre outros fatores, se efetiva como instância agravante das disparidades urbanas:

O estabelecimento de um mercado da habitação “por atacado”, a partir da presença do Banco Nacional da Habitação e do sistema de crédito correspondente, gera novas expectativas, infundadas para a maioria da população, mas atuantes no nível geral. Como isso se dá paralelamente à expansão das classes médias urbanas e à chegada de numerosos pobres à cidade, essa dupla pressão contribui para exacerbar o processo especulativo. [...] A organização interna de nossas cidades, grandes, pequenas e médias, revela um problema estrutural, cuja análise sistêmica permite verificar como todos os fatores mutualmente se causam, perpetuando a problemática. (SANTOS, 1993, p. 97).

Ao tematizar os procedimentos de desenvolvimento urbano, Milton Santos reconhece que a organização e divisão dos espaços entre ricos e pobres contribui para dinamizar o mercado imobiliário, estabelecendo fronteiras, limites e concessões na apropriação dos espaços. Ao entender isso como uma problemática estrutural, Santos verifica, já naquela época, a perpetuação de mecanismos de segregação social. No entender do autor baiano, o capitalismo agrava a diferenciação no que se refere à dotação de recursos, firmando práticas políticas excludentes que privilegiam a concepção de cidade econômica, ao invés da noção de cidade social. Uma visada oriunda da geografia política contribui, portanto, para problematizar essas ambivalências alocadas no espaço urbano, de modo a compreender as dissidências que nela podem surgir, reivindicando apoderação dos espaços.

O entendimento de Milton Santos acerca da problemática da urbanização conflui com as acepções de Henri Lefebvre (2002), que enxerga a cidade “enquanto campo de tensões e conflitos, como lugar dos enfrentamentos e confrontações, unidade das contradições” (p. 10). Lefebvre defende que o espaço apresenta possibilidades de emancipação do ser humano, pois é nesse território ambivalente composto por violências e desigualdades sociais que o autor percebe ações que indicam

metamorfoses urbanas significativas. Nessas metamorfoses, Lefebvre entende o urbano enquanto percurso, trajetória em meio a qual a sociedade se desenvolve, sendo que, para o autor, a sociedade atual encontra-se a meio caminho do urbano. Nesse sentido, o autor compreende como revolução urbana essa caminhada transitória, passível de constantes transformações oriundas da luta de classes.

Enquanto percurso e processo, a revolução urbana caracteriza a urbe em seu constante devir, instância sempre aberta, plural e dinâmica que se encaminha para soluções e questionamentos da problemática cidadina, de maneira que o autor entende por revolução urbana “o conjunto das transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização [...]” (LEFEBVRE, 2002, p. 19). No dizer do teórico, durante essa revolução prevalece decisivamente a problemática urbana, havendo buscas de soluções e das modalidades próprias de reorganização da sociedade urbana. Assim, em constante transição, a revolução urbana é imbuída de ações que, quando não violentas, pode adquirir feições drásticas.

O fenômeno conturbado de movimentação urbana não é harmonioso, pois reúne embates – inclusive, os de classe – provenientes de modalizações antagônicas no espaço. A segregação, nesse sentido, é resultado de tentativas de por fim aos conflitos, tendo em vista que, para alguns, separar implica amenizar as divergências de ordem classista. Nessa conjuntura, Henri Lefebvre assevera que esse procedimento segregacionista produz uma desagregação da vida social e mental, de modo que, para as elites, é preferível alcançar a harmonia pretendida por meio dessa desagregação do laço social. Compreende-se, portanto, que a harmonização dos espaços, sob a ótica das camadas abastadas, implica segregação e desagregação dos pobres que, não sendo uma categoria passiva, reagem aos mecanismos de exclusão.

Notadamente de teor marxista, as premissas de Lefebvre corroboram com o entendimento de que a distribuição dos espaços é historicamente desigual, resultante das confrontações ocorridas na história e, sofrendo mutações, continua tendo como base os enfrentamentos de classe: “O urbano poderia, portanto, ser definido como lugar da expressão dos conflitos, invertendo a separação dos lugares onde a expressão desaparece, onde reina o silêncio [...]” (LEFEBVRE, 2002, p. 160). Permeada de silêncios que significam e se transparecem por meio de representações, defende-se que a exclusão socioespacial acarreta numa profusão de manifestações simbólicas que gritam e problematizam o caos metropolitano.

APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS E (RE)TERRITORIALIZAÇÃO

No intento de abordar reações aos processos de segregação e desagregação na cidade, cabe ressaltar as expressões de sujeitos marginalizados que escancaram

a configuração social dos espaços, de modo a perceber de que maneira esses indivíduos se apropriam e ressignificam os lugares. Em sendo âmbito que propala vasta carga simbólica numa conjuntura urbana fragmentada e dispersa, os sujeitos que leem e escrevem (n)a cidade atribuem-na figurações específicas, atuando de forma a contrapor-se aos silenciamentos e apagamentos perpetrados pela organização espacial.

Loïc Wacquant (2001), por exemplo, se debruça no caso de concentração territorial das camadas pobres norte-americanas e francesas, destacando as singularidades implicadas no surgimento da marginalidade urbana. Ao tematizar, dentre outros assuntos, o retorno do recalcado, Wacquant reverbera a ascensão dos grupos segregados e analisa a complexidade desse fenômeno. Apesar de relativizar e decrescer a condição de subalternidade das favelas brasileiras – além de amenizar a estigmatização dos negros na sociedade –, o prefaciador da obra de Wacquant, Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, salienta aproximações e distinções que podem ser feitas acerca das desigualdades nos guetos norte-americanos e periferias brasileiras. Nesse contexto, são patentes e visíveis a ascensão de camadas historicamente exploradas que se insurgem na urbe.

Se for analisada de forma procedimental, nota-se que a subversão das minorias se efetiva em etapas. Primeiramente, os excluídos são percebidos de maneira pejorativa e discriminatória, conforme ressalta Pesavento (2001, p. 13): “no momento do final do século, a visibilidade dos indesejados se impõe. Pela sua presença crescente, pela sua expressão quantitativa e pela ameaça de “[...] destruírem ou ameaçarem o padrão civilizacional desejado” [...]. Referindo-se ao final do século XIX, a historiadora discute como esses indivíduos foram considerados não-cidadãos, selvagens e bárbaros internos da cidade. Segundamente, numa perspectiva mais recente, a visibilidade dessas camadas, se não foram ainda desvinculadas dessas alcunhas depreciativas, se estabelece por outras vias de enunciação: agora, os excluídos são percebidos em sua dimensão reivindicatória, pois ultrapassam barreiras sociais e apropriam-se dos espaços – físicos e simbólicos – para legitimar suas existências.

Essas formas de legitimação se materializam na metrópole por meio de recursos lúdicos e artísticos, de maneira que “Da poesia concreta de suas esquinas ao poema experimental de seu traçado, chega-se aos haicais e grafites estampados nos muros, fragmentos e miniaturas do discurso politizado das cidades” (GOMES, 1994, p. 14). Nesse entender, desenhos nas paredes, esquinas, prédios e muros pichados apontam para uma arte de rua que se engendra por entre os meios estruturais e subverte a padronização do espaço público. Os grafites, inscrições, desenhos e figuras que se intrometem nos suportes oficiais se constituem exemplo da apropriação e ressignificação dos espaços, pois esse tipo de atividade artística,

ao ser muitas vezes caracterizada como vandalismo, demonstra a inserção da expressão periférica no âmbito central da cidade.

A presença de discursos politizados na cidade aponta intercessões entre os campos simbólicos do poder, pois evidencia posicionamentos assumidamente comprometidos com uma causa. No caso dos grafites, nota-se que prepondera nessa prática artística traçados que referenciam conjunturas sociais que dizem respeito às vivências de sujeitos marginalizados. O uso de sprays de tinta em diversos locais do patrimônio público, ao ser considerada uma atitude transgressiva, infringe a homogeneidade acinzentada do espaço urbano e se institui como ato de retomada territorial. Quando indivíduos periféricos violam as paredes e muros de casas e instituições do centro, eles estão atuando em favor da reapropriação dos lugares, denunciando as assimetrias na distribuição dos espaços.

Ao colorir e dinamizar a lógica univalente da metrópole, a arte grafiteira colore as ruas e escancara sentidos até então emudecidos por influências hegemônicas. Pichar o muro efetiva-se como ato de subversão que se espelha em outros movimentos de insubordinação, a exemplo do hip-hop e do rap, movimentos culturais que ascensionam nos anos 90 no Rio de Janeiro e em São Paulo, pois se constituem discursos políticos que desvelam incongruências na realidade entre ricos e pobres.

O rap e o hip-hop, em suas distinções e semelhanças, se caracterizam não apenas enquanto estilo-gênero musical, mas também enquanto prática e modo de vida que valoriza a periferia como locus de expressão e legitimidade. Esses movimentos contraculturais extrapolam as normas para fundar um estilo próprio que transgride os espaços:

Paralelamente à luta política pelo direito à moradia, por meio da arte de rua, os *hip-hoppers* ocupam, deixam sua marca e inscrevem-se na cidade, usando de suas diferentes formas de expressão: pelo *graffiti* estampado nos muros e paredes alterando a paisagem da cidade; pelo *break*, em que os dançarinos juntam-se nas praças (como a praça Roosevelt, situada no centro de São Paulo) para apresentar suas coreografias; e pelo *rap*, pois é também nas ruas, praças e estações do metrô que os *rappers* se encontram para trocar letras, compartilhar revistas e reportagens e, claro, mostrar suas rimas. Essa ocupação do espaço, mais que física, tem um valor simbólico muito forte, consoante com uma noção de cidade ideal, em que não houvesse segregação e na qual as alteridades e a convivência democrática fossem respeitadas. (EBLE, 2016, p. 22).

A arte de rua, engendrada na e pela periferia, cria novas formas de expressão e se efetiva enquanto campo simbólico de construção identitária, atuando em favor do auto reconhecimento pelos segmentos segregados, legitimando suas realidades ao construir inovadoras maneiras de enxergar o mundo. Em sendo movimentos artísticos, essas práticas se caracterizam pelo posicionamento político que atua em favor da distribuição democrática dos espaços, pelo direito à moradia e pelo respeito às alteridades.

Os processos de segregação e marginalização socioespacial, nesse entender, não se deparam com reações passivas e inertes, mas enfrentam atitudes enérgicas de resistência e reapropriação dos lugares. Por mais que empreitadas estatais e instituto-empresariais intentem desmontar os movimentos de expressão popular, continuam a surgir inovadoras formas de subversão social, denunciando as desigualdades constantes na metrópole.

A recente prisão da ativista pelos direitos à moradia em São Paulo, Preta Ferreira, em 24 de junho de 2019, por exemplo, mostra-se enquanto ação que intenta conter grupos e atividades que denunciam as assimetrias na partilha das extensões urbanas. A prisão da ativista pelo direito à cidade, ao atestar um aparato judicial racista que age com finalidades políticas, se instaura como prática de desmonte às organizações minoritárias, fenômeno frequente nesses tempos de opressão e censura. Apesar do ascendente ataque aos grupos que reivindicam direitos sociais, atos subversivos e denunciatórios continuam por se disseminar na metrópole, sendo aportados por ferramentas diversas de comunicação e expressão coletiva.

Assim como os segmentos ligados ao hip-hop e o rap, manifestações provenientes de sexualidades dissidentes também se insurgem na urbe para acusar a violência perpetrada contra indivíduos que se desviam da norma sexual heteronormativa. Nesse sentido, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e outros setores sexualmente divergentes (LGBTQI+) se apropriam do espaço urbano com a finalidade de desvelar atitudes discriminatórias, violentas e homofóbicas. A parada gay, por exemplo, enquanto evento que toma as ruas e dinamiza o cotidiano citadino, se institui como exemplo de subversão urbana:

as paradas se aproximam do carnaval, visto que o caráter carnavalesco, no Brasil, temporariamente permite visibilizar os invisíveis. As paradas têm um caráter carnavalesco não apenas pela sua movimentação em desfile, animada por personagens variados, fantasiados ou não, e fundo musical, mas também pela sua linguagem festiva, que serve para revelar os paradoxos da sociedade. As paradas brasileiras combinam elementos de festa e de política, diferenciando-se das congêneres norte-americanas [...]. Ao objetivar a normatização da participação social dos LGBT, as paradas têm um caráter reivindicatório, ao mesmo tempo em que dramatizam e exacerbam as diferenças internas entre os LGBT, e em relação à população em geral. (JESUS, 2013, p. 57).

Ao permear a cidade de signos dissonantes da norma geral, a parada gay agrega, desafia os valores heteronormativos e instaura na espacialidade mecanismos de dessacralização de estruturas hegemônicas. Interferindo no âmbito público, esse evento antagoniza o cotidiano obsoleto transpassado por relações materiais, reproduzindo linguagens, signos e símbolos que se apoderam das ruas e questionam premissas sociais engessadas que policiam os corpos e desejos. Firmar presença na urbe por meio do protesto coletivo assevera o sentimento de pertença desses

grupos, fortalecendo os laços de partilha e comunidade, assegurando a manutenção das resistências e legitimação das identidades.

Ao reunir atos festivos e protestos, as paradas gay atribuem à cidade dimensão política e concebem o espaço como lugar da contestação: “As paradas se definem, assim, como ritos, ao romperem temporariamente com a rotina e realizarem performances de identidade e papéis sociais” (JESUS, 2013, p. 57). Discorda-se, porém, dessa premissa em que as paradas subvertem o cotidiano apenas de forma temporária, pois acredita-se que esses movimentos não se encerram ao final do dia, mas reverberam sentidos que se perpetuam em diversos contextos. Observa-se, nessa discussão, que sexualidades dissidentes apresentam intensa relação com eventos festivos e carnavalescos, tendo em vista que tais ocasiões quase sempre insinuam afrouxamento das normas sociais e fiscalização dos corpos. James Green (2000), ao aprofundar estudo histórico acerca da ocupação homossexual em diversos setores do carnaval carioca, afirma que

A apropriação homossexual do espaço durante as comemorações do carnaval tem sido um processo longo e árduo. A sociedade dominante no Brasil acomodou-se de forma relutante e desigual à expansão de territórios homossexuais durante as festas carnavalescas. A reação das autoridades e do público tem oscilado entre a aceitação e a repressão, entre a curiosidade e a repulsa. Na virada do século, os homossexuais masculinos “invadiram” os bailes com seus trajes femininos. Eles também organizavam grupos de travestis que participavam do carnaval de rua. Nos anos 40, os bailes de travestis emergiram como o lugar privilegiado para performances públicas da inversão da representação de gêneros. (p. 331-332).

Pode-se constatar, segundo o autor, que a apropriação e subversão das festividades de carnaval pelas camadas sexualmente dissidentes foi progressivamente se alargando, expandindo os horizontes de expressão e representatividade. As paradas gay, assim, reverberam de maneira pujante essa atuação de sujeitos LGBTQI+ em relação às festividades e eventos carnavalescos ao longo da história. Nesse sentido, nota-se que movimentos expressivos do rap e das paradas gay, por exemplo, se apropriam do espaço urbano para enunciar suas identidades e desvelar sentidos discriminatórios, atuando por meio de ações que ocupam o território público como forma de autenticar seu lugar no mundo. A esse processo de ocupação e resignificação dos espaços Canclini (1997) chamou de reterritorialização. O intelectual latino-americano, portanto, reconhece a densidade histórica metropolitana e endossa as pluralidades de signos que permeiam os lugares. Para Nestor García Canclini, a globalização, enquanto fenômeno que busca integrar relações e trocas no mundo, acaba por homogeneizar as identidades, desterritorializando os vínculos sociais.

Nessa ordem de apagamento das identidades, há movimentos que resistem e se posicionam contra a exclusão das alteridades, reforçando o caráter localista e

regional de suas expressões. Efetuar a reterritorialização dos espaços implica, nesse entender, recusar a pulverização das subjetividades e estabelecer mecanismos de manutenção coletivo-social, dando continuidade à luta por direitos iguais. Ao referenciar Canclini, Renato Gomes afirma que a desterritorialização dos lugares resulta na reterritorialização, “representadas por movimentos sociais que afirmam o local, ou ainda por processos da comunicação de massa, engendrando diferenças e formas locais de arraigamento”. (CANCLINI, p. 48, 1997, apud GOMES, 1999 p. 21).

Compreende-se, a partir disso, que movimentos sociais reivindicam direitos na urbe e desterritorializam os espaços, significando-o de outras formas, com vias a reterritorialização dos lugares. Pode-se entender que esse processo é composto de três fases, variáveis entre si e dependentes de contextos específicos: Primeiro, há territorialização material e simbólica da espacialidade, de modo que identidades são firmadas e engessadas num padrão hierárquico desigual e excludente. Segundo, há desterritorialização desses espaços, quando os excluídos e marginalizados resistem e se recusam ao apagamento de suas subjetividades, estabelecendo estratégias e mecanismos de expressão.

Terceiro, há reterritorialização dos lugares quando esses sujeitos se apropriam dos espaços para transgredir e reivindicar seus direitos, desafiando as normas e denunciando as desigualdades que são mantidas pelo sistema. Transpassado por lutas sociais, conflitos e embates de cunho político e histórico, a reterritorialização é contínua e caracteriza alteridades dissidentes que negam a subjugação de suas individualidades coletivas. Reterritorializar é, portanto, resistir e estabelecer novos significados aos lugares, sejam materiais ou simbólicos.

LITERATURA E ESPAÇO

Conceber a literatura enquanto expressão oriunda de contextos específicos implica reconhecê-la em sua dimensão social e histórica, o que corrobora para sua compreensão não apenas em seus elementos estéticos e formais, mas também em seus aspectos inerentemente relacionais com outras instâncias do fazer humano. Em sendo espelho que refrata condições sociais, a literatura brasileira contemporânea é passível de abordagens múltiplas, dentre as quais o espaço urbano adquire nítido protagonismo. O fenômeno urbano, ao permear diversos âmbitos de atuação cotidiana, transfigura-se em representações literárias que desvelam suas ambivalências e tentam entender sua complexidade heterogênea, de modo a significar esse espaço que, ao intentar ser homogêneo, não consegue suprimir as alteridades que nele transitam.

Ao estabelecer relações entre literatura e cidade sob uma perspectiva de análise histórica, Pesavento (2002, p. 14) assevera que “o discurso literário dá uma

nova existência à coisa narrada. Se é o olhar que qualifica o mundo, a narrativa literária ordena o real e lhe confere um valor, exercendo uma espécie de “pedagogia da imaginação”. Nesse entender, não é apenas a realidade que influencia na criação literária, mas é também a literatura, enquanto prática de significação, que influencia na compreensão da realidade. Esse diálogo entre realidade e literatura produz sentidos de forma recíproca, permitindo entender que o espaço urbano subsidia a literatura, mas é também por ela subsidiada. Atribuir significados à urbe se efetua como prática de apropriar-se desse espaço como forma de territorializá-lo e reforçar o sentimento de pertença ou, em casos subversivos, problematiza sua configuração excludente que impede condições de pertença.

A expressão literária se efetiva apenas como um dos vários suportes e modalidades de expressão do urbano, sendo a linguagem principal ferramenta utilizada para atribuir novas noções à metrópole. Transfigurar a materialidade concreta das ruas, becos e esquinas para o discurso textual-literário requer processos de subjetivação imanentes ao lócus coletivo ocupado pelo autor. Interessa averiguar, portanto, de que maneira a dimensão expressiva significa os lugares, percebendo como os limites entre o público e o privado se efetivam na segregação dos espaços.

No âmbito da literatura nacional, “uma das mudanças operadas pela ficção que surge especialmente a partir dos anos 70 é o foco dominante no mundo urbano [...] em detrimento de temáticas consagradas na tradição das letras brasileiras”. (GERMANO, 2009, p. 426). Tal mudança anuncia a dificuldade em traduzir a cidade, pois o autor sente-se estranho e não identificado com o espaço que ocupa, de modo que a literatura brasileira, mesmo mantendo seu padrão elitista homogeneizante, se afasta de assuntos tradicionais. A urgência em traduzir a metrópole encontra explicação no agravamento cada vez mais complexo dos problemas sociais, de uma organização urbana caótica e da profusão de identidades fragmentadas. No dizer de Renato Cordeiro Gomes (1994, p. 16) “ler a escrita da cidade e a cidade como escrita é buscar o legível num jogo aberto e sem solução”, de maneira que compreender a metrópole é um processo em constante devir.

Por ser aberta e produto de um cotidiano plurissignificante, a escrita do urbano é passível de manifestar facetas heterogêneas da (con)tradição cidadina, de modo que algumas expressões literárias tendem para expressar o caos urbano, enquanto outras apontam para suas ambivalências. De uma forma ou de outra, as alteridades que transitam nesse território não assumem posicionamento neutro frente ilegitimidade da cidade, atuando em favor de sua territorialização. É nesse contexto que a urbe, no fim do século XX, se efetiva enquanto tema privilegiado da literatura brasileira (GERMANO, 2009), sendo que os personagens, situações, dilemas e conflitos narrados situam-se numa espacialidade igualmente conflituosa:

Seja descrevendo caleidoscopicamente as cenas da vida urbana, sua heterogeneidade, as cruzeiras da violência e do medo e os fragmentos do presente avassalador, seja revisitando nostalgicamente a cidade perdida e o trabalho da memória e do sonho, os textos evocam a distopia, o sentido penoso de se viver na metrópole e de dizê-la. Como ler, interpretar e comunicar a experiência urbana nesse cenário de perda das certezas, de presentificação do tempo, de questionamento das possibilidades da narrativa? Pois a vida nas grandes cidades em grande parte do mundo contemporâneo partilha formas de subjetivação e sociabilidades semelhantes – forjadas pela propaganda, pelos meios audiovisuais, pelos *shopping centers*, pelo consumo (ou a impossibilidade do consumo) de marcas internacionais padronizadas – que acenam para uma vivência esvaziada do tempo e do espaço. (GERMANO, 2009, p. 427).

O sentido penoso de viver e narrar a metrópole se funda numa paradoxal homogeneidade fragmentada que, ao evidenciar identidades heterogêneas em conflito, apontam para experiências urbanas subjugadas por incertezas. Tal disparidade anuncia contextos de decadência em plena contemporaneidade que, ao aglutinar-se com a prosperidade anunciada pelos meios tecnológicos, agrega progresso e barbárie. O escritor Lima Barreto, por exemplo, se mostra como nítido exemplo histórico de denúncia dessa barbárie, tendo em vista que esse autor se contrapôs veementemente aos procedimentos de segregação aplicados na modernização do Rio de Janeiro: “O próprio Lima Barreto, sem usar personagem algum, deixaria, em seu Diário íntimo, registrada a estranheza ao passear pela sua cidade, modificada ao ponto de ele acreditar-se em outra urbe”. (PESAVENTO, 2002, p. 219).

Para o autor, a modernização do Rio acarretou no apagamento da cidade naquilo que ela tinha de popular, descaracterizando sua identidade local em vias de privilegiar uma estética europeia. Escritor negro vinculado às camadas subalternizadas, Lima Barreto demarca-se numa escrita de pungente crítica social, desvelando estruturas mantenedoras de desigualdades e pondo em foco uma hipocrisia predatória e excludente. A caracterização do subúrbio, por exemplo, é descrita em sua obra de forma a salientar as ruas que se cruzam, os becos e casas que se misturam e confundem-se (PESAVENTO, 2002). A visada literária de Lima Barreto acerca da urbe interessa em sua abordagem crítica e socialmente comprometida, perspectiva ora defendida na presente discussão.

No âmbito da teoria literária, o espaço pode ser concebido sob distintos pontos de vista e obedecer a procedimentos de interpretação teórica diferentes. Nesse sentido, desde o pensamento estruturalista ao pós-estrutural, dos estudos culturais à teoria da recepção, são diferentes os meios de compreensão da espacialidade metropolitana. No seio da corrente estruturalista, o espaço é concebido apenas em seu aspecto textual, tendo em vista que elementos exteriores ao fazer literário são relegados em favor tão somente da linguagem: “Pode-se trabalhar com a hipótese, pois, de que, para o Estruturalismo, o espaço significa o veículo para se estabelecer

um “empirismo da linguagem”.” (BRANDÃO, 2005, p. 121, grifo do autor).

Tratar do espaço sob premissas estruturalistas implica considerar o espaço apenas em sua extensão linguístico-textual ou, conforme Brandão, como modelo de leitura. Entretanto, no seio do pensamento pós-estruturalista, o espaço é concebido não como elemento natural, mas enquanto instância passível de interpretação. No entender de Brandão (2005, p. 122), de acordo com essa crítica, “deve-se problematizar o entendimento do espaço como categoria “menor”, sem poder de transcendência, excessivamente empírica, tributária da platitude do universo sensível, facilmente domesticável pela razão”. Ao negar as dicotomias e pares opostos comuns da corrente estruturalista, o pós-estruturalismo compreende a espacialidade, portanto, não enquanto instância natural, mas como “efeito da diferença, ou seja, segundo uma perspectiva radicalmente relacional” (BRANDÃO, 2005, p. 123).

A compreensão do espaço como elemento sensível, não-natural e relacional concebida pelo pós-estruturalismo conflui, de forma abrangente, com os pressupostos dos Estudos Culturais que, ao relacionar espaço e identidade, entende a configuração espacial como resultante de construções culturais e sociais. No âmbito dos Estudos Culturais, a formação da espacialidade é resultante de ações de cunho identitário e político, o que caracteriza os limites da urbe: “[...] os discursos são produzidos, o que explica, na difusão do “discurso culturalista”, a recorrência de termos como margem, fronteira, entre-lugar, metrópole, colônia, centro, periferia, ocidente, oriente.” (BRANDÃO, 2005, p. 124, grifo do autor). Nesse contexto, pode-se inferir, sob a visada dos estudos culturais, que a divisão dos lugares é transpassada por circunstâncias sociais e simbólicas:

A politização da noção de teoria pode significar, entretanto, que também a noção de espaço se politiza. Isso se dá quando se concebe o espaço segundo o prisma de suas definições identitárias, o que corresponde a deslocar a visão empirista de espaço, sem, contudo, negá-la. Mediante o enfoque nas identidades, que se definem na interação entre as subjetividades individuais e as referências coletivas, o tratamento do espaço não prevê que se dissocie, de sua materialidade, uma dimensão intensamente simbólica. [...]. Naturalmente, o “espaço da identidade” é marcado não apenas por convergência de interesses, comunhão de valores e ações conjugadas, mas também divergência, isolamento, conflito e embate. (BRANDÃO, 2005, p. 124).

A dimensão material da metrópole é compreendida, sob a ótica dos estudos culturais, enquanto espacialidade permeada de signos em contraste, de modo que as subjetividades atribuem ao espaço definições que demarcam suas identidades. Entender esse espaço em sua atmosfera política requer reconhecer que a divisão dos lugares não é fluida, havendo separação e imposição de limites na circulação pela cidade. As subjetividades individuais funcionam como referências que anunciam condicionamentos coletivos, sendo que autores e obras podem ser considerados

microcosmos de conjunturas sociais.

Debruçar sob a materialidade literária para averiguar a configuração urbana se efetiva como prática afeita aos estudos culturais, pois considera a cidade como produto de ações humanas. Além disso, os estudos culturais podem se agregar à teoria da estética da recepção que, de forma geral, considera a literatura enquanto configuração que espelha o imaginário. Não ignorando a autenticidade da linguagem, essa corrente de estudos também considera a produção/recepção do texto como fatores intrínsecos na significação, tendo em vista que o real se materializa na obra literária por meio do imaginário. Por esses liames, ao considerar o imaginário enquanto elemento constitutivo do fazer literário, defende-se a pertinência de compreender a espacialidade cidadina também como produto cultural e político, o que permite salientar a conjuntura conflitante do urbano.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. Semiologia e Urbanismo. In: BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRANDÃO, Luis Alberto. Breve história do espaço na teoria da literatura, **Cerrados**, Brasília, n. 19, p.115-134, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Imaginário Urbanos**. Buenos Aires: EUDEBA, 1997.

EBLE, Laeticia Jensen. **Escrever e inscrever-se na cidade**: Um estudo sobre literatura e hip-hop. Tese. (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília – Brasília, 2016.

GERMANO, Idilva Maria Pires. As ruínas da cidade grande: imagens da experiência urbana na literatura brasileira contemporânea. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 425-446, 2009.

GOMES, Renato Cordeiro. A cidade, a literatura e os estudos culturais: do tema ao problema, **Ipotesi: revista de estudos literários**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 19-30, 1999.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

GORELIK, Adrián. A produção da “cidade latino-americana”, **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 111-113, 2005.

GREEN, James. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. Trad. Cristina Fino e Cássia Arantes Leite. São Paulo: EdUNESP, 2000.

JESUS, Jaqueline Gomes de. Alegria momentânea: paradas do orgulho de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Gerais, **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 54-70, 2013.

KOWARICK, Lúcio. Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 70, p. 171-211, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte, UFMG, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 53, jun. 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma outra cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**: estudo da marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise do discurso 9, 15, 16, 384, 387

Aparecido alves machado 173, 174, 179, 180, 181, 182, 190, 191

Aprendizagem 19, 20, 21, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 75, 76, 85, 86, 87, 90, 91, 94, 96, 98, 99, 100, 105, 108, 109, 114, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 126, 150, 155, 158, 159, 160, 270, 274, 275, 277, 278, 280, 281, 282, 294, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 314, 315, 349, 350, 355, 358, 359, 360, 361, 362, 363

C

Cinderelas do campo 173, 174, 175, 179, 180, 182, 183, 184, 190, 191, 192

Compreensão oral 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84

Comunicação 25, 28, 32, 46, 47, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 77, 78, 80, 81, 85, 87, 88, 89, 91, 94, 96, 97, 105, 106, 122, 125, 143, 144, 149, 157, 160, 161, 180, 272, 273, 274, 277, 288, 293, 295, 299, 306, 309, 337, 339, 340, 342, 347, 348, 376, 378, 398

Conhecimento 2, 7, 15, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 37, 41, 48, 49, 51, 54, 55, 65, 69, 70, 71, 72, 77, 78, 80, 82, 94, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 114, 117, 118, 121, 123, 137, 151, 152, 159, 164, 166, 167, 169, 211, 223, 247, 254, 268, 269, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 281, 298, 303, 304, 306, 311, 313, 314, 316, 317, 319, 321, 324, 328, 329, 331, 333, 334, 337, 343, 344, 345, 347, 351, 352, 360, 387

Corpo 13, 113, 136, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 166, 167, 168, 169, 203, 219, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 235, 237, 239, 278, 280, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 305, 306, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 351, 355, 356, 357, 358, 361, 368

Currículo 17, 33, 37, 68, 69, 71, 72, 115, 117, 118, 121, 125, 232, 303, 351, 360

D

Discurso 8, 9, 10, 15, 16, 17, 27, 33, 39, 45, 78, 96, 97, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 115, 121, 122, 123, 124, 126, 129, 130, 131, 142, 154, 158, 213, 216, 217, 219, 221, 222, 223, 226, 227, 229, 230, 231, 251, 254, 266, 283, 286, 292, 297, 335, 344, 347, 364, 368, 369, 374, 378, 379, 381, 384, 385, 386, 387, 388, 391, 392, 393, 394, 397, 398

E

Encontro 36, 37, 45, 49, 53, 54, 83, 92, 101, 134, 150, 151, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 219, 230, 263, 274, 284, 290, 294, 297, 298, 316, 325, 326, 335, 337, 344, 348

Ensino de gramática 43, 44, 45, 46, 47, 63, 89

Ensino de língua 21, 23, 28, 30, 45, 48, 63, 66, 68, 73, 85, 119, 122, 123, 124, 127

Ensino de línguas 31, 33, 35, 36, 41, 74, 87, 88, 89, 119, 120, 125

Estratégias didático 17, 18, 22

Ética 88, 125, 126, 150, 157, 159, 162, 231, 261

F

Formação continuada de professores 41, 117

Formação do professor 31, 126

G

Gêneros textuais 26, 43, 44, 47, 50, 63, 85, 86, 87, 89, 91, 92, 123

I

Indígena 193, 194, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 358

L

Letramentos 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 40, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Linguagem jornalística 9

Língua inglesa 1, 6, 7, 8, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 74, 75, 76, 81, 83, 84, 126, 139, 364

Língua portuguesa 4, 8, 9, 15, 16, 17, 18, 38, 44, 45, 47, 48, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 101, 102, 105, 107, 122, 124, 127, 128, 148, 149, 205, 217, 222, 364, 399

Língua portuguesa para surdos 73

Línguas estrangeiras 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 74, 75, 118, 247

Linguística aplicada 18, 32, 41, 97, 100, 102, 103, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 126, 127

Literatura 5, 6, 18, 43, 44, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 60, 64, 94, 100, 102, 105, 107, 108, 109, 110, 115, 128, 129, 130, 132, 133, 134, 137, 138, 142, 144, 146, 148, 149, 163, 164, 165, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 188, 190, 191, 192, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 227, 231, 233, 241, 247, 248, 252, 257, 258, 259, 262, 265, 266, 267, 269, 338, 364, 367, 368, 378, 379, 382, 384

Literatura de cordel 43, 44, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 60, 64

Literatura sul-mato-grossense 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 190, 191, 192

Lugar das línguas 1

M

Mapuche 193, 194, 197, 198, 201, 202, 204, 205

Monitoria de língua portuguesa 93

Moodle 74, 75, 76, 80, 81, 83, 84

Mulher 112, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 204, 209, 239, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 288, 289, 290, 291, 332, 333, 334

Multimodalidade 31, 32, 33, 34, 35, 37, 41

O

O cortiço 112, 115, 163, 164, 165, 167, 168, 171, 172

Oralidade 24, 28, 29, 37, 40, 51, 54, 85, 86, 87, 89, 90, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 114, 115, 211, 213, 276, 277

P

Pedagógicas 17, 18, 22, 39, 50, 65, 66, 69, 71, 72, 73, 78, 84, 85, 87, 92, 93, 121, 155, 157, 158, 159, 332, 334

Perspectiva bilíngue 65, 66, 72

Podcast 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92

Poesia 49, 50, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 144, 145, 147, 148, 149, 165, 173, 177, 180, 188, 190, 207, 213, 216, 260, 299, 374

Política 1, 6, 7, 8, 88, 114, 120, 121, 150, 151, 154, 155, 156, 157, 159, 161, 169, 177, 183, 187, 191, 201, 212, 215, 225, 231, 242, 250, 261, 266, 286, 292, 326, 329, 345, 348, 365, 366, 372, 375, 376, 377, 381, 385, 390, 392

Política linguística 1, 7, 8

Práticas pedagógicas 39, 50, 65, 66, 69, 71, 72, 121

Professores de língua materna 17

Proficiência 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 21, 80, 103

R

Representação feminina 163, 168

Romantismo 133, 135, 136, 144, 145, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 188, 190, 191, 192, 213, 241, 259, 260, 261, 262, 267, 269

S

Sequência didática 43, 44, 49, 51, 52, 54, 55, 64, 85, 90

Simão Dias 163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172

Subalternidade 193, 201, 212, 374

Subordinação 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 204

T

Tecnologias digitais de informação 85

V

Videoclipe musical 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40

 **Atena**
Editora

2 0 2 0